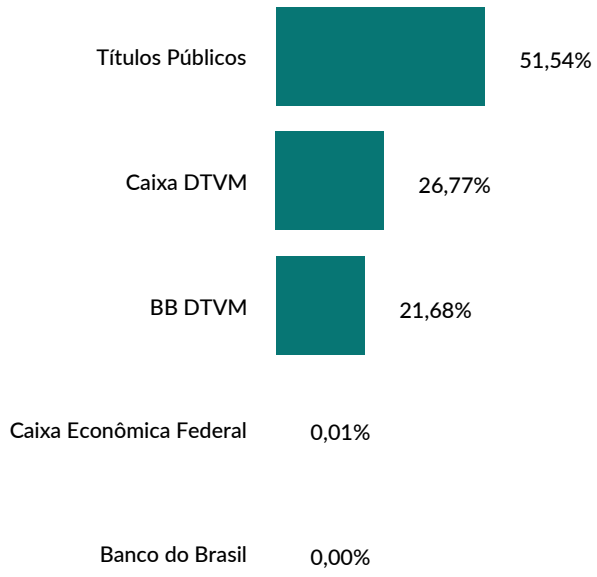
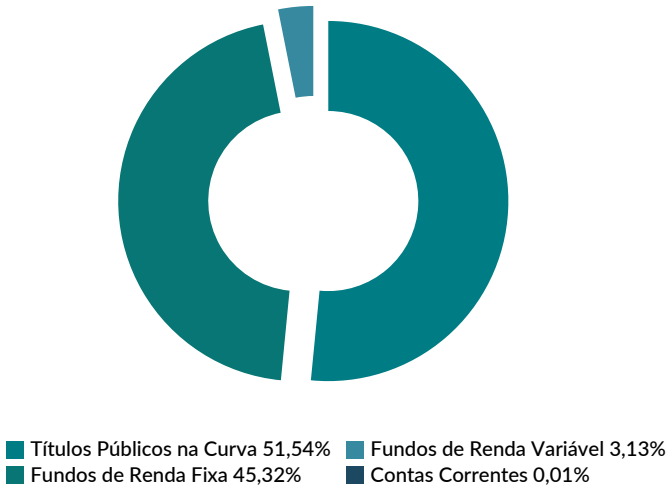
IPREANCARLOS

Os recursos do IPREANCARLOS são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



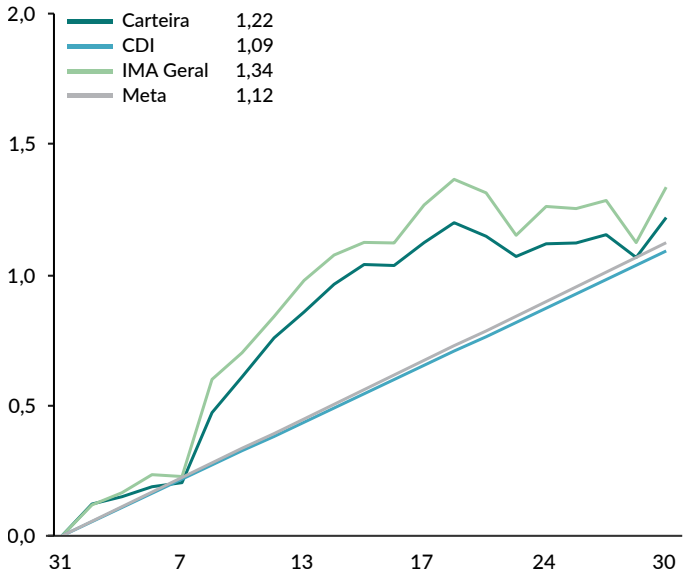
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO



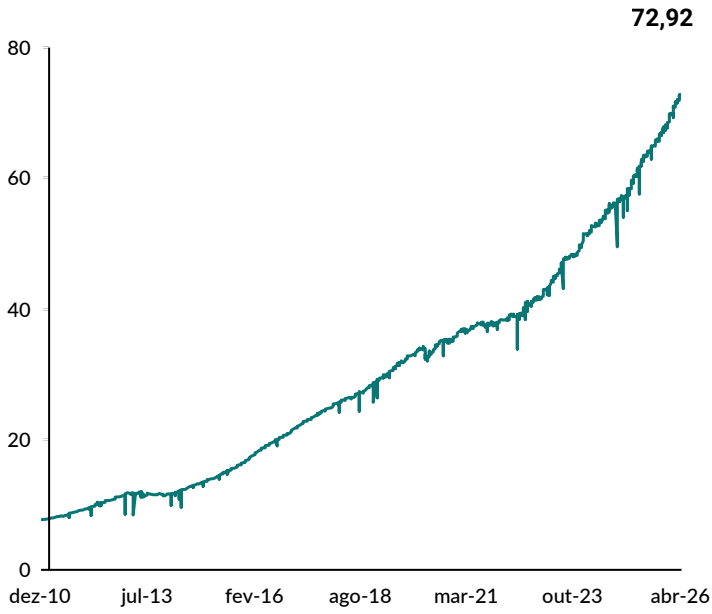
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
IPREANCARLOS	1,22%	4,63%	12,25%
META - IPCA + 5,53%	1,12%	4,46%	9,98%
CDI	1,09%	4,54%	14,83%
IMA GERAL	1,34%	4,44%	13,97%
IBOVESPA	-0,08%	16,26%	38,69%

RENTABILIDADE ACUMULADA NO MÊS (EM %)



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R$ MILHÕES)



Uma das táticas de negociação de Donald Trump, descrita em seu livro The Art of the Deal, envolve partir de demandas altamente maximalistas para, posteriormente, recuar parcialmente e buscar atingir seu objetivo inicial por meio da negociação. Em certa medida, essa estratégia funcionou em episódios geopolíticos recentes.

No entanto, o presidente dos Estados Unidos agora se vê diante de um adversário mais rígido, que possui uma ferramenta de pressão extremamente relevante: a influência sobre o Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de um quinto do fluxo global de petróleo, pressionando a inflação em grande parte do mundo e tornando o fator tempo primordial dentro dessa dinâmica.

Nesse contexto, o mês de abril foi marcado por uma redução dos confrontos mais violentos na região, dando lugar a uma escalada diplomática em meio ao avanço das negociações relacionadas ao acordo de cessar-fogo. Ambas as partes passaram a buscar uma solução que permita o encerramento definitivo do atual conflito, embora não tenham chegado a uma conclusão definitiva.

O principal impasse continua sendo a questão nuclear iraniana. Os Estados Unidos iniciaram as negociações mantendo uma linha mais dura, exigindo enriquecimento zero de urânio de forma permanente pelo Irã, além da transferência imediata dos quase 450 kg de urânio já enriquecido para a Agência Internacional de Energia Atômica ou para um país neutro. Esses dois pontos seguem no centro das negociações entre as partes.

Em contrapartida, o governo iraniano sustenta que o direito ao enriquecimento é inegociável e garantido pelo Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Diante da resistência iraniana, os EUA passaram a flexibilizar parcialmente sua posição inicial, migrando para uma proposta de congelamento do enriquecimento de urânio por um prazo determinado, tema que continua sendo alvo de contrapropostas iranianas.

É justamente nesse ponto que o Irã tem concentrado sua estratégia: utilizar a questão do Estreito de Ormuz como instrumento de pressão para buscar uma abertura imediata da rota marítima em troca de postergar as discussões nucleares. Até aqui, os EUA estão rejeitando esse tipo de proposta.

A continuidade do conflito impõe custos econômicos relevantes para ambos os lados. Para Donald Trump, o impacto aparece no aumento dos preços da gasolina e do combustível de aviação, fatores particularmente sensíveis para o consumidor americano. Para o Irã, o prolongamento da disputa acelera a deterioração econômica do país, sobretudo pelas dificuldades em manter as receitas ligadas ao petróleo. Enquanto as negociações permanecerem em andamento, a tendência é de continuidade da volatilidade: notícias favoráveis a uma resolução mais rápida aliviam os preços do petróleo e impulsionam as bolsas globais, enquanto sinais de deterioração revertem esse movimento em um curto espaço de tempo.

Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), o mundo enfrenta atualmente um dos maiores choques de oferta de petróleo da história recente. O Estreito de Ormuz é responsável pelo fluxo de cerca de 20 milhões de barris por dia de petróleo, tornando-se um ponto crítico para o equilíbrio do mercado global de energia.

Em março, por exemplo, a oferta global de petróleo despencou 10,1 milhões de barris por dia na comparação mensal. Países do Golfo Pérsico, como Iraque, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Kuwait, registraram perdas relevantes em suas exportações devido ao fechamento da rota.

O episódio exigiu uma liberação coordenada de reservas estratégicas de petróleo pelos Estados Unidos e por países da Agência Internacional de Energia, medida que oferece apenas um alívio temporário ao mercado. Uma preocupação adicional está na forte redução da capacidade ociosa dos membros da OPEP+, que atingiu o menor nível já registrado.

Essa capacidade funciona como um importante mecanismo de amortecimento para choques de oferta, permitindo compensar perdas temporárias de produção. No entanto, como parte relevante dos países afetados está justamente no centro da disrupção atual, essa capacidade acaba ficando limitada e dependente de uma normalização do fluxo pelo Estreito de Ormuz.

Além disso, a recomposição de parte dessa capacidade aos níveis pré-conflito tende a levar mais tempo, especialmente devido às características operacionais de alguns campos petrolíferos da região, que dificultam uma retomada rápida da produção.

As consequências desse choque também se estendem à demanda global. As projeções da Agência Internacional de Energia apontam para uma contração da demanda na ordem de 80 mil barris por dia ao longo do ano, dentro de um cenário base que considera recuperação gradual a partir do terceiro trimestre de 2026.

Para além dos efeitos diretos sobre preços, os impactos se espalham pelas cadeias globais de suprimentos, principalmente sobre produtos como nafta e GLP destinados à Ásia, insumos fundamentais para a indústria petroquímica. Com o fluxo comprometido, diversas fábricas reduziram a capacidade, gerando escassez de embalagens plásticas, fios elétricos e fibras têxteis.

Esses insumos também desempenham papel relevante na produção de fertilizantes nitrogenados. Caso o conflito persista, aumentam os riscos de pressões adicionais sobre os custos de insumos agrícolas nas próximas safras, especialmente em um contexto no qual China e Rússia restringem parte de suas exportações de fertilizantes para sustentar o abastecimento de seus mercados internos.

Apesar dos impactos desse choque, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos apresentou recuperação em relação ao trimestre anterior, que havia sido fortemente afetado pela paralisação mais longa da história do governo americano.

Os investimentos empresariais foram o destaque do trimestre. As grandes empresas de tecnologia dos EUA vêm realizando investimentos robustos ligados ao tema de inteligência artificial, principalmente em infraestrutura necessária para treinar e implementar modelos de IA, como os data centers, instalações físicas com elevado poder computacional utilizadas para treinamento em larga escala. Apesar da forte contribuição desse segmento, os setores não residenciais seguem mais contidos, evidenciando que os setores ligados à IA continuam sendo o principal motor de crescimento desse componente.

Por outro lado, o consumo das famílias foi sustentado principalmente por gastos com serviços essenciais, especialmente saúde. Os consumidores americanos seguem mais pressionados financeiramente diante do aumento dos custos com planos de saúde, energia e combustíveis, agravados pelo choque do petróleo decorrente do conflito no Oriente Médio. Nesse contexto, o consumidor tende a reduzir gastos discricionários, como bens duráveis e não duráveis, movimento que já pôde ser observado nos dados do PIB do primeiro trimestre de 2026, com crescimento praticamente estável nesses segmentos e agravado pelos efeitos das tarifas sobre os preços.

Esse cenário deve ganhar relevância no debate político após as eleições de meio de mandato deste ano, diante do fardo político associado ao aumento do custo de vida da população. Assim, o crescimento dos EUA neste primeiro trimestre pode ser resumido em três pilares principais: forte expansão dos investimentos em infraestrutura de IA, consumo concentrado em serviços essenciais e recuperação dos gastos governamentais.

Assim como na reunião de março, o Federal Reserve manteve inalterado seu intervalo de taxas de juros na reunião de abril, conforme as expectativas. A reunião foi a última com Jerome Powell na presidência do Fed, que deverá ser sucedido por Kevin Warsh como novo chairman do Banco Central dos Estados Unidos. Nessa reunião, de forma pouco usual, os membros do FOMC tiveram um dissenso relevante, com quatro membros se mostrando contrários a uma comunicação mais branda em relação aos próximos movimentos das taxas de juros, apesar de concordarem com a atual decisão de manutenção. Isso mostra que o ambiente é de elevada incerteza.

Antes da intensificação do conflito no Oriente Médio, as expectativas do mercado apontavam para algo em torno de dois cortes de juros pelo Federal Reserve ao longo do ano. No entanto, as condicionantes para novos cortes mudaram significativamente dentro do cenário atual.

Isso ocorreu principalmente devido à estabilização do mercado de trabalho, que anteriormente era uma das principais preocupações do comitê, diante do enfraquecimento na criação de vagas observado nos últimos meses. Soma-se a isso a disparada dos preços de energia provocada pelo conflito no Oriente Médio, que restringiu parte relevante da oferta global de petróleo.

A incerteza em relação à duração do conflito dificulta uma avaliação mais clara sobre a natureza do choque, especialmente se será algo transitório e de rápida resolução, contexto em que a política monetária tende a ter eficácia mais limitada. Além disso, o dinamismo recente da atividade econômica, combinado com a menor dependência energética dos EUA em relação ao petróleo e um mercado de trabalho mais estabilizado, permite que o Fed adote uma postura mais paciente na condução de suas próximas decisões de política monetária. Por essa razão, devemos ver um Fed estável durante esse ano, diante de um menor espaço tanto para novos cortes quanto para uma eventual alta nos juros.

Em termos relativos, frente a países que dependem de forma significativa de importações de commodities energéticas, a posição do Brasil como exportador líquido de petróleo bruto configura uma vantagem comparativa relevante. A elevação dos preços do petróleo no mercado internacional dá suporte à balança comercial brasileira e melhora os termos de troca, abrindo espaço para a apreciação do real frente ao dólar. Um câmbio menos pressionado contribui para mitigar pressões inflacionárias adicionais, em um contexto no qual as expectativas estão sendo revisadas para cima.

Apesar dessa posição relativamente mais favorável, o Brasil não está imune aos efeitos do conflito sobre os preços dos combustíveis. Diante disso, o governo federal adotou medidas para mitigar a alta dos preços ao consumidor observada nas últimas divulgações da inflação brasileira.

Entre as iniciativas, destacam-se a redução completa das alíquotas de PIS/Cofins sobre o diesel, o biodiesel e o querosene de aviação (QAV), a subvenção direta a produtores e importadores de diesel e, mais recentemente, a criação de um mecanismo de desoneração financiado por receitas extraordinárias do petróleo. Esta última ainda depende de aprovação do Congresso Nacional. As estimativas do governo federal para o pacote giram em torno de R$30 bilhões, e a medida tem sido tratada como fiscalmente neutra, diante do aumento da arrecadação com as exportações de petróleo. Considerando

um preço do petróleo em torno de US$ 100, a arrecadação extra pode chegar a aproximadamente R$ 95 bilhões, o que seria suficiente para compensar o custo da medida. Há, contudo, o risco de que a aderência da medida seja prejudicada por um recuo acentuado dos preços do petróleo.

Mesmo com essas medidas, as ações do governo não compensam integralmente a alta dos combustíveis ao consumidor final, especialmente em um contexto de condições fiscais mais apertadas, que limitam a adoção de iniciativas expansionistas, ainda que existam expectativas mais elevadas de arrecadação via exportações de petróleo.

Novamente, o Comitê de Política Monetária optou por dar continuidade ao ciclo de cortes de juros, promovendo uma nova redução de 25 pontos-base na reunião de abril. As incertezas e a falta de clareza quanto à duração do conflito no Oriente Médio representam um desafio para os bancos centrais ao redor do mundo, inclusive para o Brasil. A palavra "incerteza" esteve bastante presente na comunicação da última ata do Copom, refletindo um cenário que dificulta a visualização de sinais mais claros para as projeções econômicas.

O comitê também reforçou preocupações com uma desancoragem adicional das expectativas de inflação em horizontes mais longos, diante dos potenciais efeitos de segunda ordem provocados pela guerra no Golfo sobre os preços de energia e cadeias de suprimentos. Esse ponto ganhou destaque dentro da avaliação do balanço de riscos do BCB.

A divulgação dos PMIs de abril reforçou que houve uma transferência de custos aos consumidores em decorrência do conflito no Oriente Médio, corroborando a avaliação do Banco Central do Brasil de uma pressão inflacionária no curto prazo. Tanto o PMI industrial quanto o de serviços registraram aumento das pressões sobre os custos, evidenciando que as empresas já sentem os impactos do conflito em suas atividades. Segundo a pesquisa, a guerra elevou os preços de fretes, combustíveis e diversos outros insumos, levando as empresas a repassarem parte desses aumentos aos consumidores.

A expansão mensal do setor de serviços também representa um ponto de atenção para o Banco Central do Brasil, uma vez que a retomada dos novos negócios sugere uma inflação de demanda ainda pressionada, fator que adiciona cautela à condução da política monetária em meio à continuidade de um mercado de trabalho aquecido e políticas fiscais expansionistas que têm potencial de impactar o consumo. Por outro lado, o setor industrial segue apresentando uma demanda interna mais fraca.

A manutenção de uma política monetária contracionista por um período prolongado nos últimos anos tem produzido efeitos mais visíveis sobre a atividade, especialmente nos setores mais cíclicos da economia. Esse ambiente ajuda a criar condições para que o BCB continue o processo de calibração da taxa de juros, embora mantenha cautela quanto à magnitude total do ciclo, uma vez que os dois cortes já realizados ocorreram em meio à piora das expectativas.

Observa-se, portanto, uma dicotomia relevante: enquanto alguns setores da economia já demonstram sinais mais claros de desaceleração, as pressões inflacionárias seguem elevadas em meio às incertezas geradas pela guerra no Oriente Médio. Esse ambiente reforça a dependência do Banco Central do Brasil em relação aos próximos dados para conduzir suas decisões, diante da dificuldade de avaliar com maior clareza as consequências do conflito sobre a inflação e a atividade econômica.

Diante desse cenário, seguimos com a avaliação de um ciclo de cortes menor do que o esperado antes do conflito no Oriente Médio. Além disso, uma deterioração adicional das expectativas de inflação e uma piora do câmbio podem reduzir ainda mais o espaço para flexibilização monetária.

Assim, o mês foi marcado pela continuidade das incertezas geradas pelo conflito entre os Estados Unidos e o Irã sobre a economia global. Embora o cenário externo imponha desafios adicionais, a condição do Brasil como exportador líquido de petróleo segue sendo um importante ponto de apoio para o câmbio, ainda mais com o Brasil tendo destaques positivos na produção de petróleo. Somado ao elevado diferencial de juros, esse fator ajuda a criar um colchão de proteção para o mercado doméstico e a manter a atratividade brasileira para o capital estrangeiro.

Os juros de curto prazo subiram globalmente, e o Brasil não ficou de fora desse movimento. As pressões inflacionárias no curto prazo levaram o mercado a reprecificar os vértices mais curtos da curva de juros, embutindo prêmios de risco mais elevados. Um eventual alívio nesse trecho deve depender de uma desescalada do conflito que reduza as perspectivas de persistência dos efeitos de um petróleo elevado sobre a inflação corrente e que permita que o Banco Central dê continuidade ao ciclo de cortes.